

ROTEIRO DE ESTUDO/ATIVIDADES

UME: Mário de Almeida Alcântara

ANO: 8°. Ano A, B e C COMPONENTE CURRICULAR: História

PROFESSOR(ES): Maria de Fátima Santos Conde Amieiro

PERÍODO DE 19/10/2020 a 30/10/2020.

Neste primeiro momento realize a leitura do material impresso da disciplina de história. Para reforçar o conteúdo impresso proposto sugiro fazer algumas pesquisas paralelas, se possível, na internet em site confiáveis.

Pense um pouco...

- Prezados alunos dando continuidade aos nossos estudos, façam a leitura do texto abaixo e depois respondam as questões no caderno de História. Por favor copiem as questões para termos um melhor entendimento. Não esqueçam de colocar a data da atividade. Após realizarem a mesma favor enviar para o seguinte e-mail: fatimacondeamieiro@gmail.com ou pelo mensseger.
- Estou à disposição para quaisquer dúvidas.

Abolição dos escravos

A abolição da escravatura no Brasil aconteceu em 13 de maio de 1888, por meio da **Lei Áurea** e ratificou a extinção do trabalho escravo dos negros em nosso país. A abolição da escravatura foi o resultado de um processo de luta popular, que contou com a adesão de parcelas consideráveis da sociedade brasileira, além de ter sido marcada pela resistência dos escravos. **O Brasil foi o último país das Américas a abolir com a escravidão.**

Causas

A abolição do trabalho escravo do Brasil foi o resultado final de um **processo longo, lento e difícil de muitas lutas**. O fim do uso da mão de obra escrava em nosso país não foi

resultado do humanismo ou da benevolência da família real brasileira, conforme muitos acreditam, mas aconteceu porque um grande número de pessoas de nossa sociedade mobilizou-se para forçar o Império a pôr fim ao trabalho escravo.

A abolição da escravatura no Brasil aconteceu por meio da:

- Resistência realizada pelos próprios escravos ao longo do século XIX;
- Adesão de parte da nossa sociedade à causa por meio de associações abolicionistas;
- Mobilização política dos defensores do abolicionismo.

No período joanino, havia negociações entre Portugal e Reino Unido para que o tráfico negreiro fosse abolido em definitivo. Essas negociações estenderam-se depois que o Brasil conquistou sua independência, e o reconhecimento do Brasil, enquanto nação, só aconteceu por meio de um compromisso assumido por nosso país de que o tráfico ultramarino seria proibido, em 1830.

A partir desse compromisso, saiu uma lei, em 1831, que proibia o tráfico, mas as autoridades brasileiras faziam vistas grossas e, apesar da proibição, os cativos africanos continuaram a chegar ao Brasil em grande quantidade. O historiador Carlos Eduardo Moreira Araújo aponta que, entre 1831 e 1845, cerca de **470 mil africanos chegaram ao Brasil** por meio do tráfico ultramarino^[1].

A negligência das autoridades brasileiras em não reprimir o tráfico negreiro fez a Inglaterra tomar uma medida radical chamada **Bill Aberdeen**, que colocava em jogo a soberania das águas brasileiras, e que quase levou Inglaterra e Brasil à guerra. Para evitar um maior desastre, os políticos brasileiros optaram por aprovar uma nova lei proibindo (novamente) o tráfico negreiro no Brasil. Essa foi a **Lei Eusébio de Queirós**, implantada no país, no ano de 1850.

Essa lei teve aplicabilidade imediata e foi acompanhada de uma grande **repressão governamental** que fez com que o tráfico negreiro se enfraquecesse e deixasse de existir rapidamente. Com a proibição do tráfico ultramarino, foi intensificado, no Brasil, o tráfico interprovincial, isto é, a venda de escravos realizada internamente, entre províncias. O caminho para a abolição ainda foi muito longo e foram necessários 38 anos para que a escravidão dos negros fosse abolida em nosso país. Nesse período, a resistência dos grandes proprietários escravocratas foi intensa no meio político, o que fez com que o nosso processo de abolição da escravatura acontecesse de maneira muito gradual.

O movimento abolicionista, por sua vez, só ganhou força a partir da década de 1870, e o fortalecimento do abolicionismo fez com que algumas leis fossem aprovadas no Parlamento

brasileiro: a Lei do Ventre Livre e Lei dos Sexagenários. Veja o que cada uma dessas leis determinou:

- **Lei do Ventre Livre (1871):** determinava que todo filho de escravo nascido após 1871 seria considerado livre, cabendo ao dono do escravo dar sua liberdade com oito anos de idade (recebendo indenização), ou aos 21 anos de idade (sem receber indenização).
- **Lei dos Sexagenários (1885):** concedia alforria aos escravos que possuísem idade superior a 60 anos. Os escravos alforriados ficavam obrigados por lei a prestar "serviços indenizatórios" durante três anos.

Ambas as leis atendiam demandas importantes para os escravocratas: a demanda por indenização dos cativos (seja por meio de trabalho compulsório, seja por meio de um valor específico) que garantiam sua liberdade e o enfraquecimento temporário dos movimentos abolicionistas. A Lei dos Sexagenários, por exemplo, foi encarada pelos abolicionistas da época como uma verdadeira derrota para a causa.

Um grupo notável de pessoas como **Luís Gama, José do Patrocínio, André Rebouças, Aristides Lobo, Manuel Quirino**, entre outros, atuavam firmemente na defesa da causa abolicionista. A mobilização de parte da sociedade na defesa da abolição ocorreu de diversas formas, e os escravos eram muitas vezes incentivados a se rebelar.

Responda:

- 1) Quando ocorreu a abolição dos escravos?
- 2) Explique como ocorreu a abolição dos escravos no Brasil.
- 3) Explique as seguintes leis:
 - a) **Lei do Ventre Livre (1871):**
 - b) **Lei dos Sexagenários (1885):**
- 4) Cite os nomes das pessoas envolvidas na defesa do movimento abolicionista.